

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

História Económica do Brasil, CAIO PRADO JUNIOR — São Paulo, 1956. Editora Brasiliense — 9.^a edição — 354 páginas

A obra de CAIO PRADO JUNIOR dada à estampa, pela primeira vez, em 1945 e que atinge, agora, a 9.^a edição, não suportou a ação do tempo. As imprecisões do autor, ao lidar com conceitos teóricos, as contradições do livro, as afirmações gratuitas e as distorções devidas a escandalosas omissões de certos fatos servem apenas como uma aula objetiva de como se não deve escrever história econômica.

O livro está repleto de afirmação gratuita. Os seguintes trechos me não deixam mentir. Encontramos, no princípio do capítulo 6 (pág. 48): “No século 17, o empobrecimento de Portugal... força o êxodo em larga escala de sua população que procurará na colônia americana os meios de subsistências... Não há nenhuma indicação sobre a magnitude de tal êxodo. Por isso mesmo, ficamos sem saber por que é que êle não provocou um tipo de colonização semelhante às das regiões que receberam um grande número de famílias.” Encontramos, às páginas 62, a seguinte observação: o baixo nível intelectual da colônia, no século XVIII, interfere diretamente, com a economia do país. A observação, não há dúvida, é interessante. Gostaríamos, no entanto, fôsse ilustrada com alguns exemplos.

Quando o autor penetra no século XIX, a carência de provas e as distorções provocadas por escolhas menos felizes de fatos aumentam. Exemplificando: às páginas 138-9 menciona as dificuldades dos artesões brasileiros que sofrem duramente com a concorrência dos bens importados (principalmente ingleses) melhores e mais baratos. Esses tinham fácil acesso ao mercado nacional, graças à política liberal do governo. Diz o autor que... “a ruína da pequena indústria local... lançará na desocupação um artesanato que, embora modesto, reunia assim mesmo, sobretudo nos maiores centros urbanos, uma parte apreciável da população”. Refere o autor que as dificuldades dessa camada social aumentaram, do que resultaram graves agitações sociais. Não há, porém, a menor indicação sobre a importância desse grupo social em relação ao resto da população. Cumpre, também, indagar se na época, o barateamento dos bens importados não teria tido alguns aspectos positivos, especialmente se os preços das

exportações fôssem estáveis ou crescentes. No entanto o autor se esquece por completo de examinar a possível ocorrência de uma melhoria nas relações de trocas.

Durante tôda a análise do século XIX, CAIO PRADO JR. menciona a importância da tarifa aduaneira, tanto como fonte de receitas quanto como instrumento de proteção da indústria nacional. Nunca diz, porém, se uma das feições prevaleceu sobre a outra, nem menciona as épocas em que a predominância foi do aspecto fiscal e os períodos em que prevaleceu o protecionista. Ora, o fato interessa porque nem sempre o que é bom como receita é bom como proteção. A êsse respeito afirma que depois de 1860, quando o nível médio da tarifa aduaneira subiu de 50%... "aparecem as primeiras manufaturas de certo vulto" (pág. 175). A afirmação não se estriba em nenhum exemplo. Não cita nenhuma fonte direta ou indireta de dados quantitativos. As páginas 199 somos informados de que... "o progresso material do Brasil... retoma logo depois (da guerra do Paraguai) um ritmo ascensional rápido e seguro". O autor não nos indica, porém, nenhum dado a respeito. Há dados quantitativos disponíveis? A afirmação baseia-se em dados relativos às exportações? Consultou o autor os jornais da época? Manuseou correspondência das pessoas de então?

Na mesma página afirma que a expansão do sistema bancário e de outras instituições financeiras... "permite captar e mobilizar em larga escala as fontes de acumulações capitalistas. Aparecerá no Brasil uma réplica, modesta embora e muito afastada de seus modelos, das grandes praças financeiras da Europa e dos Estados Unidos..."

Até hoje sofre o Brasil de um mercado de capital subdesenvolvido. É pois difícil de perceber como se pode afirmar que o Brasil possuísse, ainda que em menor escala, instituições financeiras capazes de capturar facilmente a poupança para destiná-la aos investimentos... Surpreendeu-me o fato de MAUÁ, importante figura do século XIX, merecer apenas ligeira menção. Eis um homem de espírito empreendedor, cuja queda final deveu-se precisamente às dificuldades que envolveram um empresário capitalista num meio não capitalista.

A análise de CAIO PRADO JR. sobre a influência do capital estrangeiro no desenvolvimento da economia brasileira é, provavelmente, o passo que lhe põe a nu com mais nitidez a fraqueza de historiador econômico. Darei ao leitor algumas passagens selecionadas de vários trechos da obra para que lhes possa sentir o sabor.

1. ... é a ação perturbadora da finança internacional que procura se imiscuir e penetrar cada vez mais profundamente na vida econômica do país (pág. 226);
2. (Capital estrangeiro) ... abrirá mercados para a indústria nacional respectiva, permitindo sua expansão sem prejuízo da exploração da mais-valia interna (pág. 276);

3. ... A economia cafeeira, nas suas diferentes fases, desde a produção até o consumo, será largamente explorada pelo capitalismo internacional. Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, êle retirará uma primeira parcela de lucros... (pág. 277);
4. Assinalei que desde as vésperas da guerra de 1914 os grandes trustes siderúrgicos internacionais procuram obter o domínio das jazidas brasileiras de ferro... com o fim principal de guardá-las para um futuro remoto (pág. 280);
5. O imperialismo... Tem por fim... manter a economia brasileira na função primária, que vem do seu passado colonial, de fornecedora de gêneros tropicais ao comércio internacional...

O capital estrangeiro que veio no Brasil tanto no período de entre-guerras, como no posterior à Segunda Guerra Mundial para formar indústrias manufadoras é-nos apresentado como parte de "trustes" que tinham de expandir-se e emigrar para países como o Brasil a fim de sobreviverem (pág. 320). São tidos por força de expansão que bloqueavam o progresso e até destruíam os esforços do empresariado nacional. O capital estrangeiro necessita de enviar dividendos ao país de origem o que só é possível se financiado pelos lucros oriundos das exportações. Conseqüentemente, o capital estrangeiro vive às custas da riqueza da nação (pág. 332). Poderia *ad infinitum* continuar com outros exemplos. O 5.^o exemplo, soa estranho quando se pensa na contribuição do capital estrangeiro à formação tanto do parque automobilístico, de construção naval e siderúrgico, como de outras indústrias pesadas. Com relação à assertiva 4 o autor se furta a mencionar que houve um movimento politicamente poderoso, originário de Minas Gerais, que nas primeiras três décadas do nosso século opôs-se à exportação do minério de ferro. Houve um empate entre essas forças, que não desejavam senão permitir a produção em território nacional, e a vontade dos estrangeiros que desejavam exportar minério.

É verdade que a entrada de capital implica em ônus futuro no Balanço de Pagamentos em virtude da remessa de lucros e pagamento de juros e amortizações. Esqueceu-se-lhes, porém, ao autor que o capital estrangeiro permite ao país num certo período, importar mais do que exportar, o que lhe fortalece a infra-estrutura (principalmente se usado para construir estradas, centrais elétricas e novas fábricas). Por isso mesmo, a futura evasão de divisas, implicada pela entrada de capital estrangeiro, deve ser comparada com o aumento da capacidade de produção que ensejou. Deve-se fazer uma como análise lucro-custo, o que não é jamais tentado pelo autor.

Não há dúvida de que CAIO PRADO exagera a importância que os trustes internacionais tiveram sôbre o desenvolvimento econômico do Brasil depois de 30. As leis sociais de VARGAS, a construção de Volta Re-

donda (com financiamento americano), a criação de outras grandes companhias siderúrgicas de propriedade estatal, financiadas pelo capital estrangeiro na década de 1950, a grande expansão do setor governamental na produção de energia (com ajuda externa), as políticas deliberadamente industrializantes adotadas pelo governo na década dos 50 que implicou a criação de um grande parque tanto de indústrias leves de consumo como de pesadas, tudo parece desmentir a imagem que CAIO PRADO nos dá de uma economia brasileira completamente aberta ao capital estrangeiro e fortemente influenciada por êle.

Não sabemos também até que ponto o autor leva a sério a tese de LENIN de que os mercados do Brasil e outros países subdesenvolvidos são necessários à sobrevivência das companhias inglêsas e americanas, ou melhor, dos sistemas econômicos mais antigos.

Até que ponto se pode levar a sério uma obra tão repleta de generalizações gratuitas e que nos apresenta os fatos tão distorcidos?

Receio que classificaria tal obra. antes, como panfletária que como trabalho sério de análise histórica.

WERNER BAER
(*Vanderbilt University*)